



Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Neon Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 20 milhões, 117% superior ao prejuízo de R\$ 10 milhões registrado no semestre findo em 30 de junho de 2025. O resultado de intermediação financeira cresceu 64% no período, refletindo a expansão das carteiras de crédito, com a receita de intermediação financeira crescendo em ritmo superior ao da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O maior prejuízo do semestre decorre, principalmente, do aumento das despesas administrativas, associado ao crescimento das operações, aos investimentos em tecnologia e a custos relacionados à operação de cessão de créditos realizada no período, compensados parcialmente pela redução do imposto de renda e contribuição social correntes.

O Grupo Neon continua a crescer em volume de operações financeiras, operando com margem operacional positiva. Ao semestre findo em 30 de junho de 2026 as carteiras de cartão de crédito, crédito consignado privado e crédito pessoal variaram positivamente em relação ao encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2025, atingindo um total de R\$ 6.692 milhões, R\$ 1.133 milhões e R\$ 857 milhões, respectivamente. Encerramos o semestre com 1.028 colaboradores.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia deu início a novas operações de captação, com o objetivo de diversificar suas fontes de *funding*. Foi realizada operação de cessão de direitos creditórios de crédito consignado, com retenção substancial dos riscos e benefícios, bem como operação de venda com compromisso de recompra de títulos de sua carteira (Nota 11).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em janeiro de 2026, foi deliberado aumento de capital social da Companhia em R\$ 30 milhões, homologado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2026 (Nota 15).

Reforçamos nosso compromisso com a continuidade dos nossos negócios, buscando sempre adaptação as melhores práticas de Gestão. Agradecemos aos clientes, parceiros, colaboradores e investidores pela confiança e contribuições ao nosso crescimento.

Auditoria Independente

A Companhia monitora, em sua relação com os auditores independentes, diretrizes de governança, transparência, objetividade e independência na contratação e na prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, evitando a contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesses ou comprometer a independência ou a objetividade na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Pedro Conrade
Diretor Executivo I

Ramon Martinez
Diretor Executivo II

Cristiano Fernandes
Diretor Executivo II

Fernando Miranda
Diretor Executivo I

Fernando Montanari
Diretor Executivo II

Fabiola Marchiori
Diretora Executiva II

Jamil Marques
Diretor Executivo II

Marcos Fonseca
Diretor Executivo II



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao acionista e aos administradores da

Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP- 295315/O-4

Balanço patrimonial
em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo			
Circulante		4.840.204	5.097.569
Caixa e equivalentes de caixa		386.993	253.176
Disponibilidades em moeda nacional	4	386.993	253.176
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		16.031	174.075
Títulos e valores mobiliários	5.b	16.031	174.075
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		353	11
Instrumentos financeiros derivativos		353	11
Ativos financeiros ao custo amortizado		4.310.334	4.512.810
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	-	680.850
Operações de crédito	6	5.987.939	5.370.164
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.677.605)	(1.538.204)
Outros ativos		126.493	157.497
Outros créditos	7.a	112.371	157.497
Outros valores e bens	7.b	14.122	-
Não circulante		2.797.804	1.272.487
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.573.006	929.314
Títulos e valores mobiliários	5.c	1.572.489	929.314
Instrumentos financeiros derivativos		517	
Ativos financeiros ao custo amortizado		776.896	7.164
Operações de crédito	6	369.483	251.721
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(356.285)	(244.557)
Títulos e valores mobiliários	5.a	763.698	-
Outros ativos		99.569	68.472
Outros créditos	7.a	86.387	49.919
Outros valores e bens	7.b	13.182	18.553
Créditos tributários		235.709	168.736
Imposto diferido	21	235.709	168.736
Imobilizado	8	13	155
Intangível	9	112.611	98.646
Total do ativo		7.638.008	6.370.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial
em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo			
Circulante		3.175.020	2.722.288
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.866.704	2.538.175
Depósitos a prazo	10	2.866.704	2.538.175
Outros passivos		308.316	184.113
Outras obrigações - diversas	13	270.086	156.805
Obrigações fiscais e previdenciárias	13	35.782	22.335
Obrigações sociais e estatutárias	13	2.404	4.910
Impostos e contribuições diferidos	21	44	63
Não circulante		3.594.221	2.789.021
Passivos financeiros ao custo amortizado		3.594.221	2.789.021
Depósitos a prazo	10	2.510.521	2.789.021
Obrigações por operações compromissadas	11	478.445	-
Outros passivos financeiros	12	605.255	-
Total do passivo		6.769.241	5.511.309
Patrimônio líquido			
Capital social	15	824.002	794.002
Reserva de capital	15	517	329
Reservas de lucros	15	64.090	64.090
Outros resultados abrangentes	15	302	326
Prejuízos acumulados		(20.144)	-
Total do patrimônio líquido		868.767	858.747
Total do passivo e patrimônio líquido		7.638.008	6.370.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira		1.766.077	1.369.477
Rendas de operações de crédito	16	1.583.547	1.178.503
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez		10.971	47.176
Resultado de títulos e valores mobiliários	5	171.559	143.798
Despesas de intermediação financeira		(651.589)	(457.612)
Despesas de captação	17	(451.168)	(348.829)
Despesas com descontos concedidos		(201.301)	(108.447)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		880	(336)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas		1.114.488	911.865
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(773.650)	(672.471)
Resultado de intermediação financeira		340.838	239.394
Outras receitas/(despesas) operacionais		(405.426)	(254.985)
Receitas com prestação de serviços		23.915	11.765
Despesas administrativas	18	(332.679)	(205.047)
Despesas tributárias	19	(55.002)	(33.128)
Despesas com pessoal	20	(36.510)	(29.400)
Outros resultados operacionais, líquidos		(5.150)	825
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		(64.588)	(15.591)
IRPJ e CSLL corrente	21	(22.529)	(52.046)
IRPJ e CSLL diferido	21	66.973	57.981
Prejuízo do semestre		(20.144)	(9.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Prejuízo do semestre	(20.144)	(9.656)
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(55)	(186)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38	27
Ajuste de instrumentos financeiros derivativos	(7)	327
Total de outros resultados abrangentes que serão ou poderão ser reclassificados posteriormente no resultado	(24)	168
Resultado abrangente total	<u>(20.168)</u>	<u>(9.488)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido**Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucro / (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
		Subscrito		Legal	Estatutária	JSCP			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		726.229	2	-	-	264	119	(51.130)	675.484
Adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	-	-	-	-	-	299.083	299.083
Adoção inicial - Resolução CMN nº 4.966/21 - Aspectos fiscais		-	-	-	-	-	-	(81.971)	(81.971)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		726.229	2	-	-	264	119	165.982	892.596
Pagamento baseado em ações	25	-	4	-	-	-	-	-	4
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	168	-	168
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	-	(9.656)	(9.656)
Saldos em 30 de junho de 2025		726.229	6	-	-	264	287	156.326	883.112
Saldos em 31 de dezembro de 2025		794.002	329	3.191	60.635	264	326	-	858.747
Aumento de capital	15	30.000	-	-	-	-	-	-	30.000
Pagamento baseado em ações	25	-	188	-	-	-	-	-	188
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(24)	-	(24)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	-	(20.144)	(20.144)
Saldos em 30 de junho de 2026		824.002	517	3.191	60.635	264	302	(20.144)	868.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(20.144)	(9.656)
Ajustes ao resultado líquido:			
Baixa de ativo imobilizado/intangível	8/9	140	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(66.973)	(57.980)
Depreciação e amortização	18	8.551	10.402
Receitas de intermediação financeira		(1.766.077)	(1.369.141)
Provisão para contingências	14	107	1.075
Pagamento baseado em ações		2.704	2.337
Provisão para participação nos resultados		15.357	3.616
Perdas com variação cambial		363	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	773.650	373.387
Despesa de juros com empréstimos		381.766	345.924
		(670.556)	(700.036)
Variação nos ativos e passivos			
Redução em Aplicações interfinanceiras de liquidez		691.821	247.506
(Aumento) em Títulos e valores mobiliários		(1.078.120)	(838.934)
Redução em Operações de crédito		325.489	1.090.660
Redução/(Aumento) em Outros créditos		(83)	(231.419)
Aumento em Outras obrigações		699.906	96.777
Juros pagos sobre empréstimos	10	(464.319)	(299.554)
Imposto de renda e contribuição social pagos		11.166	256
Obrigações por operações compromissadas	11	478.445	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(6.251)	(634.744)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível	9	(22.513)	(17.072)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(22.513)	(17.072)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos	10	6.050.016	4.490.500
Pagamento de empréstimos	10	(5.917.435)	(3.817.613)
Aumento de capital social	15	30.000	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento		162.581	672.887
Efeito líquido no caixa e equivalentes de caixa		133.817	21.071
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		253.176	233.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	386.993	254.202
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		133.817	21.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”) foi constituída em 7 de agosto de 2009 com capital inicial de R\$ 5.200, e homologação feita pelo Banco Central do Brasil em 24 de setembro de 2009. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2010.

A Companhia é controlada pela Neon Holding Conglomerado Ltda (“Neon Holding”), que por sua vez é controlada direta pela Neon Payments Limited (“Neon Payments”) com sede no Reino Unido. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na cidade de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por natureza do negócio ofertar operações de crédito e financiamento, mediante aplicação de recursos próprios e de terceiros captados através de depósitos a prazo e letras de câmbio. No ano atual, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta de produtos de emissão de certificado de depósito bancário, crédito consignado em folha, capital de giro e outros produtos de crédito.

A Administração da Companhia considera que os resultados e posição financeira da Companhia refletem o modelo de negócios esperado que, em conjunto com outras empresas do Conglomerado o qual a Companhia faz parte, traz sinergias e resultados consolidados positivos para o Grupo Neon. Adicionalmente, a Administração não identificou nenhum indicador adverso relevante, isolado ou em conjunto, que impacte o pressuposto da continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como “BACEN GAAP”.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 31 de agosto de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia e as principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

b. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20. Conforme solicitado pelo BCB nº 120/2021 a Companhia está em conformidade com as etapas de reconhecimento de receita com clientes que são: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita. Em relação aos produtos da Companhia, para cartões a operação é considerada satisfeita no momento da autorização/liquidação da transação, já sobre os produtos de empréstimo pessoal e consignado ocorrem conforme o prazo decorrido da operação (*pro rata die*).

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

d. Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito essa categoria não pode ser aplicável;
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de Somente Pagamento de Principal e Juros.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidas na rubrica “despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

- Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada " Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ", líquido dos impostos, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do período na rubrica “receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- Ao valor justo no resultado: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e hierarquia do valor justo:

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros de Nível 1 a 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Companhia não reclassificou seus instrumentos financeiros nem seus passivos financeiros no período apresentado.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (ex: tarifas atreladas a origemação das operações de crédito) pela Companhia.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Companhia optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. É realizada a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para o grupo de ativos financeiros ao custo amortizado e os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações, conforme descritivos abaixo:

- Carteira 2 (C2): créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974; créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista,

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020.

- Carteira 4 (C4): créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
- Carteira 5 (C5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Atualmente a Companhia possui operações nas carteiras “C2”, “C4” e “C5”.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da resolução.
- Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da resolução, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da resolução.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Indicação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, independentemente da quantidade de dias de atraso da operação;
- Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático, com exceção de operações que possuam uma fonte de pagamento mais segura, como o Crédito Consignado em folha de pagamento, cujo pagamento ocorre independente da ação do cliente.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte. Atualmente, consideramos 3 meses de pagamento tempestivo para como indicativo de melhora financeira;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais; e
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como ativo problemático.

Vale salientar, que a aplicação da regra de “cura” leva em consideração todas as operações do cliente e não somente a operação que eventualmente levou o cliente a ser considerado como Ativo Problemático, ou seja, caso o cliente possua outra operação em atraso, ele não estará elegível a “cura” mesmo quitando o débito da operação originadora do Ativo Problemático.

Parceria com a Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento (“Neon Pagamentos”)

Nas transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem um contas a receber da Neon Pagamentos, enquanto emissora dos cartões. Na data de vencimento da fatura, os montantes não recebidos dos portadores de cartões são liquidados pela Companhia, que se torna a detentora da carteira de recebíveis financiados. Para a parcela de crédito financiado pela Companhia, a Neon Pagamentos atua como correspondente e agente de cobrança junto ao cliente (portador do cartão).

Operação de Cessão de Direitos Creditórios (Securitização)

No primeiro semestre de 2026, a Companhia cedeu à OPEA Securitizadora S.A. ("OPEA") direitos creditórios oriundos de operações de crédito consignado, sem coobrigação, nos termos do respectivo Contrato de Cessão. Em contrapartida, a Neon subscreveu a totalidade das debêntures emitidas pela OPEA no âmbito de emissão com séries Sênior e Subordinada, lastreadas nos direitos creditórios cedidos.

Nos termos do art. 27 da Resolução BCB nº 352/2023, a avaliação de transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro deve considerar a variação na exposição da instituição ao valor presente do fluxo de caixa esperado, antes e depois da cessão. No presente caso, embora não exista coobrigação formal, a Companhia detém a totalidade das cotas da série subordinada da emissão, a qual atua como absorvedora de primeira perda da carteira cedida. Dessa forma, a exposição da Companhia à variação no valor presente dos fluxos de caixa esperados da carteira não foi alterada de forma significativa pela cessão, caracterizando a operação como classificada na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", nos termos do art. 26, §2º, da Resolução BCB nº 352/2023.

Em decorrência desse enquadramento, o registro contábil da operação observou os procedimentos do art. 29 da Resolução BCB nº 352/2023, segundo os quais:

(a) os direitos creditórios cedidos permanecem reconhecidos, em sua totalidade, no ativo da Companhia, sujeitos à provisão para perdas esperadas de crédito calculada segundo a política de crédito da Companhia;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) o valor recebido na cessão está registrado no passivo, na rubrica "Cessão de recebíveis - securitização", dentro do grupo "Outros passivos financeiros", em contrapartida ao valor recebido na operação; e

(c) as debêntures adquiridas estão registradas no ativo pelo custo amortizado, não havendo mensuração a valor justo.

Em 30/06/2026, os saldos relacionados à operação eram:

Rubrica	Valor
Direitos creditórios cedidos	609.505
(-) Provisão para perdas esperadas	(14.999)
Cessão de recebíveis - securitização	605.255
Ativo com Debênture Sênior e Subordinada	763.698

e. Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de Hedge

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* de fluxo de caixa. O objetivo é mitigar a exposição da Companhia ao risco das variações das taxas de juros pós-fixadas (CDI) atreladas às atividades de captação, designando especificamente o componente de risco correspondente a 100% do CDI incidente sobre os CDBs.

As operações são conduzidas em conformidade com a Política de *Hedge Accounting* e são formalmente documentadas no Termo de Designação. Essa documentação contém o objetivo de gestão do risco, a estratégia de proteção, o tipo de contabilização de *hedge*, a natureza do risco protegido, os instrumentos utilizados, a metodologia de avaliação de efetividade, as fontes de inefetividade e a previsão de renovação, substituição ou rolagem das posições.

A parcela efetiva das variações de valor justo é reconhecida no patrimônio líquido em "Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes". Esse saldo é reclassificado para o resultado de forma linear, acompanhando os impactos dos fluxos de caixa do item protegido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia contratou instrumentos de hedge (SWAP) para proteção de cerca de 13% da carteira total de depósitos a prazo. O valor justo calculado deste instrumento era de R\$ 870, em 30 de junho de 2026, classificado no Nível 2 da hierarquia de valor justo, e o saldo acumulado em conta destacada do patrimônio líquido, referente à parcela efetiva da proteção, era de R\$ 288. No período findo nesta data, foi reconhecida diretamente na demonstração de resultado uma perda por inefetividade na relação de proteção no montante de R\$ 162.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os testes de efetividade realizados na data de designação e mensalmente durante a vigência do hedge demonstraram índices dentro dos parâmetros estabelecidos (80% a 125%), confirmando a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.

f. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – *Impairment*

A Companhia efetua avaliações no mínimo anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

g. Despesas antecipadas

A Companhia considera como despesas antecipadas aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas que se referem a períodos de competência subsequentes. As despesas de exercícios seguintes são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

h. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.535/12, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para reduzir o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

i. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução CMN nº 4.534/16 ao valor de custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos do Grupo Neon (*software* desenvolvido internamente), e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada. Anualmente, é feita uma avaliação se há indicação de redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis, podendo ser classificadas com vida útil indefinida ou definida, dependendo da avaliação individual do ativo.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis.

Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável;

- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado.

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;
- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa;
- Não cumprimento de metas, orçamentos e indicadores de desempenhos internos (*KPIs – Key Performance Indicator*);
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras.

Anualmente a Companhia avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de *impairment* pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Resolução BCB nº 9/2020, que determinam a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25 pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidá-la e quando o valor da obrigação possa ser estimado com suficiente confiabilidade, tendo como contrapartida o resultado do período.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Passam a ser reconhecidos somente quando sua realização se tornar praticamente certa.

Passivos contingentes são avaliados com base no julgamento da Administração, apoiado na opinião de assessores jurídicos internos e externos, e classificados como:

- **Prováveis:** quando for mais provável que sim do que não que a Companhia possua obrigação que resultará em saída de recursos. Nesses casos, é constituída provisão registrada no balanço patrimonial, em conta de outras obrigações diversas. A classificação considera o histórico de desfechos em causas de mesma natureza, a jurisprudência aplicável e a opinião dos assessores jurídicos, e o valor da provisão é calculado com base na melhor estimativa do desembolso, tomando como referência a média histórica de pagamentos, excluídos valores atípicos.
- **Possíveis:** quando a obrigação puder requerer, mas não for provável que requeira, saída de recursos. Não é constituída provisão, sendo divulgado o efeito financeiro estimado com base no valor da causa.
- **Remotas:** quando a probabilidade de saída de recursos for remota. Não é constituída provisão nem exigida divulgação

1. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 17,5% a partir de abril de 2026, conforme Lei Complementar 224/25 que a majorou, e passando a 20% a partir de janeiro de 2028.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

m. Planos de remuneração de longo prazo

- **Remuneração baseada em ações**

O valor justo na data de outorga do plano de Opções de Compra de Ações (“SOP”) concedido aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que a condição de serviço será atendida, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam à condição de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

O valor justo do montante a pagar aos empregados, com relação ao programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

n. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

o. Resultado por ação

Conforme facultado às instituições financeiras pela Resolução BCB nº 2/20, § 5º do artigo 5º, optamos por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

p. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas consideradas mais relevantes pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tópicos:

- Projeções de lucro tributável para realização do crédito tributário diferido – Nota 21

A Companhia revisa a expectativa de realização do crédito tributário semestralmente, baseado nas projeções de lucro tributável dos próximos 10 anos, utilizando-se premissas alinhadas com a estratégia do Grupo e indicadores econômicos avaliados como mais apropriados para o setor.

- Provisão para perdas de crédito - Nota 6

Para a carteira de crédito, foi reconhecido o valor de R\$ (2.033.890) em 30 de junho de 2026 em consoante com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23.

- Pagamentos baseados em ações – Nota 25

A Companhia usa os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* e binomial para estimar o valor justo da remuneração baseada em ações recebida pelos funcionários e administradores outorgados. Algumas premissas de volatilidade e riscos foram utilizadas e são consistentes com as características da Companhia e do plano.

A Companhia usou como referência a volatilidade das ações do Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Nubank e Banco Inter. O *Risk-Free* usado foi o *Treasury bill* (nota do Tesouro americano) porque é o ativo líquido com o menor risco.

- Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Nota 5

O grau de julgamento envolvido na determinação do valor justo depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros de mercado observáveis. Quando esses dados não estão totalmente disponíveis, a Administração exerce julgamento para estimar o valor justo, com base em técnicas de precificação usualmente adotadas pelo mercado.

Mudanças nas condições de mercado — como redução de liquidez ou alterações na atividade do mercado secundário — podem reduzir a disponibilidade e a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

confiabilidade dos dados observáveis utilizados. Nesses casos, é necessário julgamento significativo da Administração para determinar se um instrumento deve ser classificado como Nível 2 ou Nível 3 na hierarquia de valor justo.

Essa determinação considera todas as informações disponíveis que participantes do mercado utilizariam para mensurar o valor justo do instrumento, incluindo dados observáveis de mercado, indicadores de liquidez e a compreensão das técnicas de avaliação e das premissas utilizadas. Quando dados não observáveis (Nível 3) são considerados significativos para a mensuração do instrumento em sua totalidade — como ocorre atualmente com as operações de crédito e as debêntures da Companhia —, o processo de determinação do valor justo é mais subjetivo e envolve maior grau de julgamento e premissas da Administração.

q. Contexto Regulatório

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025 instituindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), em substituição ao ISS, Pis e Cofins. Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227 que definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional	223.339	145.244
Depósitos no Banco Central do Brasil	163.654	107.932
Total	386.993	253.176

Os depósitos voluntários junto ao Banco Central do Brasil são efetuados conforme as diretrizes da Resolução nº 129, de 19 de agosto de 2021. Em razão de seu prazo de liquidação de um dia útil, esses recursos são classificados como caixa e equivalentes de caixa. Sua remuneração é fixada pela própria Autoridade Monetária, divulgada no encerramento de cada dia e expressa em base anual (considerando um ano útil de 252 dias).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros

5.a Ativos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025
	Vencimento	Valor de custo amortizado	Valor de custo amortizado
Compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	650.000
Compromissadas - Notas do Tesouro Nacional	-	-	30.850
Debêntures (i)	Acima de 1 ano	763.698	-
Total		763.698	680.850

- (i) Refere-se a emissão de debêntures Série Sênior e Subordinada, lastreadas nos direitos creditórios cedidos, conforme descrito na Nota 3d - Operação de Cessão de Direitos Creditórios (Securitização).

A Debênture Sênior faz jus a remuneração equivalente a 100% da variação da Taxa DI, acrescida de spread de 1,60% a.a. A Debênture Subordinada representa 15% do valor total da emissão e não confere direito a juros remuneratórios, fazendo jus, alternativamente, a prêmio calculado sobre o resultado residual da carteira cedida.

As debêntures estão registradas no ativo pelo custo amortizado, não havendo mensuração a valor justo, em conformidade com o art. 29 da Resolução BCB nº 352/2023.

5.b Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros	30/06/2026			31/12/2025
	Hierarquia do valor justo	Valor de custo	Valor justo	Valor justo
Fundo Neon Blue (i)	2	16.020	16.020	174.064
Cotas de Capital em Cooperativas	2	11	11	11
Total		16.031	16.031	174.075

- (i) O Neon Blue FIC FIM aplica seus recursos em cotas subordinadas dos FIDCs C+ Valora e Neon Up. Para fins de padronização de práticas contábeis, a Companhia reconhece uma provisão (ou reversão) adicional àquela reconhecida nos FIDCs, considerando a metodologia da Resolução 352/2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.c Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	30/06/2026				31/12/2025
	Hierarquia do valor justo	Vencimento	Valor de custo	Valor justo	Valor justo
Instrumentos financeiros					
Letras Financeiras do Tesouro	1	Acima de 1 ano	886.349	981.621	375.844
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Garantia	1	Acima de 1 ano	478.036	590.868	553.470
Total			1.364.385	1.572.489	929.314

5.d Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

A Companhia e o Neon Blue FIC FIM detêm 50% das cotas subordinadas do C+ Valora Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC C+ Valora”) e 100% das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Neon Up (“FIDC Neon Up”). A estrutura de patrimônio dos fundos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	30/06/2026			
	Quantidade de cotas	Valor cotas	Participação Grupo Neon	Participação de Terceiros
FIDC C+ Valora	52.905	27.726	10.653	17.073
Senior	37.421	6.420	-	6.420
Mezanino	-	-	-	-
Subordinada	15.483	21.306	10.653	10.653
FIDC Neon Up	122.557	1.012	1.012	-
Subordinada	122.557	1.012	1.012	-
Subtotal			11.665	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025			
	Quantidade de cotas	Valor cotas	Participação Grupo Neon	Participação de Terceiros
FIDC Consiga Mais (i)	181.863	6.162	6.061	101
Senior	-	-	-	-
Mezanino	-	-	-	-
Subordinada	181.863	6.162	6.061	101
FIDC C+ Valora	62.285	37.236	10.265	26.971
Senior	37.421	13.677	-	13.677
Mezanino	9.381	1.196	-	1.196
Subordinada	15.483	22.363	10.265	12.098
FIDC FGTS (i)	87.230	151.392	151.392	-
Subordinada	87.230	151.392	151.392	-
FIDC Neon Up	122.557	4.450	4.450	-
Subordinada	122.557	4.450	4.450	-
Subtotal			172.168	

- (i) Em março de 2026, os fundos FIDC Consiga Mais e FIDC Neon FGTS foram encerrados e liquidados integralmente, razão pela qual não apresentam posições em 30 de junho de 2026.

O FIDC C+ Valora foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio de aquisição de direitos creditórios. Ambos atuam na aquisição de direitos creditórios advindos de crédito consignado privado, em parceria com a Consiga Mais, que prospecta e mantém o relacionamento com empresas conveniadas para oferecer a linha de crédito para seus colaboradores, além de atuar como agente de cobrança.

O FIDC Neon Up foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio da aplicação dos recursos em direitos creditórios performados, oriundos de operações de empréstimo pessoal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações de crédito

6.a Ativos financeiros ao custo amortizado

(i) Composição por modalidade

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a receber de cartões de crédito (i)	3.862.795	3.220.316
Empréstimos a sociedades ligadas (ii)	576.068	868.303
Empréstimo pessoal	856.020	650.937
Empréstimo consignado (iii)	1.062.539	882.246
Outros	-	83
Total	6.357.422	5.621.885
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.033.890)	(1.782.761)
Total	4.323.532	3.839.124

- (i) Conforme acordo operacional mantido com a Neon Pagamentos S.A., o referido saldo de valores a receber de cartões de crédito compreende a carteira financiada assumida pela Companhia, correspondente exclusivamente às faturas de cartão de crédito não liquidadas pelos portadores, nas respectivas datas de vencimento.
- (ii) Operações com sociedade ligada, conforme Nota 24 – Transações com partes relacionadas.
- (iii) Dentro deste montante, destacamos o valor de R\$ 609.505, o qual se refere a direitos creditórios cedidos à OPEA Securitizadora S.A., os quais permanecem reconhecidos no ativo da Companhia por reter substancialmente os riscos e benefícios da operação (Nota 3.d.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

	30/06/2026				
	C2	C4	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
Ativos não problemáticos					
Até 14 dias de atraso	342.715	576.068	2.372.344	3.291.127	52%
De 15 a 30 dias de atraso	12.681	-	108.442	121.123	2%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	50.611	50.611	1%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	38.167	38.167	1%
Total	355.396	576.068	2.569.564	3.501.028	55%
Ativos problemáticos não inadimplidos					
Até 14 dias de atraso	2.114	-	340.706	342.820	5%
De 15 a 30 dias de atraso	1.689	-	33.382	35.071	1%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	171.901	171.901	3%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	181.338	181.338	3%
Total	3.803	-	727.327	731.130	12%
Ativos problemáticos inadimplidos					
De 0 a 30 dias de atraso	-	-	223.750	223.750	4%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	209.131	209.131	3%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	171.436	171.436	3%
De 91 a 120 dias de atraso	-	-	142.309	142.309	2%
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	151.952	151.952	2%
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	141.555	141.555	2%
De 181 a 210 dias de atraso	-	-	140.698	140.698	2%
De 211 a 240 dias de atraso	-	-	136.535	136.535	2%
De 241 a 270 dias de atraso	-	-	117.485	117.485	2%
De 271 a 300 dias de atraso	-	-	119.871	119.871	2%
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	82.624	82.624	1%
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	118.435	118.435	2%
Acima de 360 dias	-	-	369.483	369.483	6%
Total	-	-	2.125.264	2.125.264	33%
Total geral	359.199	576.068	5.422.155	6.357.422	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025				
	C2	C4	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
Ativos não problemáticos					
Até 14 dias de atraso	297.406	868.313	1.789.663	2.955.382	53%
De 15 a 30 dias de atraso	10.760	2	88.895	99.657	2%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	50.069	50.069	1%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	38.218	38.218	1%
Total	308.166	868.315	1.966.845	3.143.326	56%
Ativos problemáticos não inadimplidos					
Até 14 dias de atraso	1.508	-	241.168	242.676	4%
De 15 a 30 dias de atraso	1.586	-	23.741	25.327	0%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	134.057	134.057	2%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	119.080	119.080	2%
Total	3.094	-	518.046	521.140	9%
Ativos problemáticos inadimplidos					
De 0 a 30 dias de atraso	-	-	184.914	184.914	3%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	178.489	178.489	3%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	148.260	148.260	3%
De 91 a 120 dias de atraso	-	-	147.656	147.656	3%
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	133.090	133.090	2%
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	152.528	152.528	3%
De 181 a 210 dias de atraso	-	-	113.743	113.743	2%
De 211 a 240 dias de atraso	-	18	193.949	193.967	3%
De 241 a 270 dias de atraso	-	55	144.492	144.547	3%
De 271 a 300 dias de atraso	-	-	98.218	98.218	2%
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	120.147	120.147	2%
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	90.139	90.139	2%
Acima de 360 dias	-	-	251.721	251.721	4%
Total	-	73	1.957.346	1.957.419	35%
Total geral	311.260	868.388	4.442.237	5.621.885	100%

(iii) Concentração das operações

	30/06/2026	31/12/2025
Dez maiores devedores	577.747	870.023
Cinquenta seguintes maiores devedores	6.077	4.058
Cem seguintes maiores devedores	3.926	6.218
Demais clientes	5.769.672	4.741.586
Total	6.357.422	5.621.885

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

30/06/2026

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	350.341	5.054	355.395	-	(5.242)	(5.242)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	3.340	463	3.803	-	(1.270)	(1.270)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-
	Total carteira C2	353.681	5.517	359.198	-	(6.512)	(6.512)
C4	Ativos não problemáticos	576.068	-	576.068	-	-	-
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-
	Total carteira C4	576.068	-	576.068	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	2.380.592	188.972	2.569.564	-	(65.226)	(65.226)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	380.975	346.352	727.327	-	(389.379)	(389.379)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	145.654	1.979.611	2.125.265	(1.505.142)	(67.631)	(1.572.773)
	Total carteira C5	2.907.221	2.514.935	5.422.156	(1.505.142)	(522.236)	(2.027.378)
	Total geral da carteira	3.836.970	2.520.452	6.357.422	(1.505.142)	(528.748)	(2.033.890)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2025					
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	304.034	4.132	308.166	-	(4.540)	(4.540)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	2.680	415	3.095	-	(1.034)	(1.034)
	Total carteira C2	306.714	4.547	311.261	-	(5.574)	(5.574)
C4	Ativos não problemáticos	868.315	1	868.316	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	71	71	(50)	(3)	(53)
	Total carteira C4	868.315	72	868.387	(50)	(3)	(53)
C5	Ativos não problemáticos	1.828.111	138.734	1.966.845	-	(54.917)	(54.917)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	269.123	248.923	518.046	-	(277.386)	(277.386)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	125.144	1.832.202	1.957.346	(1.378.116)	(66.715)	(1.444.831)
	Total carteira C5	2.222.378	2.219.859	4.442.237	(1.378.116)	(399.018)	(1.777.134)
	Total geral da carteira	3.397.407	2.224.478	5.621.885	(1.378.166)	(404.595)	(1.782.761)

(v) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do semestre/exercício	(1.782.761)	(994.654)
Créditos baixados para prejuízo	522.521	469.545
Constituição da provisão para perdas esperadas no semestre/exercício	(773.650)	(1.397.503)
Adoção inicial - Resolução BCB nº 352/23	-	184.166
Estoque baixado em cessões de carteiras	-	(44.315)
Saldo no final do semestre/exercício	(2.033.890)	(1.782.761)

Os ativos financeiros são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que a instituição recupere o seu valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Outros ativos

7.a Outros Créditos

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	100.164	131.959
Adiantamento FGC (i)	6.546	-
Valores a receber sociedades ligadas	5.661	21.005
Devedores diversos (ii)	-	4.533
Total circulante	112.371	157.497
Adiantamento FGC (i)	24.023	-
Valores a receber sociedades ligadas	15.379	21.851
Devedores diversos (ii)	46.985	28.068
Total não circulante	86.387	49.919
Total	198.758	207.416

- (i) O adiantamento realizado ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) fundamenta-se no Art. 2º, § 2º do Regulamento do FGC (anexo à Resolução CMN nº 4.222/13 e alterações posteriores) e nas Deliberações do Conselho de Administração do FGC de 2026, que aprovaram a antecipação de contribuições pelas instituições associadas.
- (ii) Montante refere-se substancialmente ao saldo de R\$ 13.417 de saldos a liberar de empréstimos (R\$ 4.273 em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 1.474 (R\$ 2.735 em 31 de dezembro de 2025) de seguros a receber.

7.b Outros valores e bens

	30/06/2026	31/12/2025
Custos de transação - Securitização	2.203	-
Outras despesas antecipadas (i)	11.919	-
Total circulante	14.122	-
Custos de transação - Securitização	11.013	-
Outras despesas antecipadas (i)	2.169	18.553
Total não circulante	13.182	18.553
Total	27.304	18.553

- (i) Refere-se a comissões pagas a correspondentes bancários e diferidas de acordo com o prazo do contrato que gerou a comissão

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

		30/06/2026		31/12/2025
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10	36	(23)	13
Móveis e equipamentos	10	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	5	-	-	-
Total		36	(23)	13

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2025	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2026
Instalações	51	-	(36)	(2)	13
Móveis e equipamentos	80	-	(80)	-	-
Equipamentos de processamento de dados	24	-	(24)	-	-
Total	155	-	(140)	(2)	13

	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2025
Instalações	68	-	-	(9)	59
Móveis e equipamentos	99	-	-	(9)	90
Equipamentos de processamento de dados	58	-	-	(19)	39
Total	225	-	-	(37)	188

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

a. Composição do intangível

	30/06/2026			31/12/2025
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Relações contratuais com clientes (i)	7-8	71.508	(24.390)	47.118
Desenvolvimento de software (ii)	5	72.742	(7.785)	64.957
Acordo de não competição	3	3.915	(3.915)	-
Outros	10	847	(311)	536
Total		149.012	(36.401)	112.611

- (i) Do saldo líquido em 30 de junho de 2026, R\$ 42.290 se refere ao ativo intangível registrado na compra da carteira de crédito (R\$ 46.383 em 31 de dezembro de 2025), com vida útil de 93 meses.
- (ii) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à adição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo do Grupo Neon, *software* desenvolvido internamente. Os critérios de reconhecimento estão descritos na Nota 3.i.

b. Movimentação do intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2026
Relações contratuais com clientes	51.901	-	-	(4.783)	47.118
Desenvolvimento de software (i)	46.167	22.513	-	(3.723)	64.957
Acordo de não competição	-	-	-	-	-
Outros	579	-	-	(43)	536
Total	98.647	22.513	-	(8.549)	112.611

	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2025
Relações contratuais com clientes	61.231	-	-	(4.665)	56.565
Ágio	19.370	-	-	(3.418)	15.952
Desenvolvimento de software	11.966	17.072	-	(1.588)	27.450
Acordo de não competição	1.087	-	-	(652)	435
Outros	663	-	-	(42)	621
Total	94.317	17.072	-	(10.365)	101.023

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos e obrigações por aceites cambiais

Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Composição dos depósitos a prazo

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos a prazo		
A vencer até 3 meses	1.083.382	706.151
A vencer de 3 a 12 meses	1.783.322	1.832.024
Total circulante	2.866.704	2.538.175
A vencer de 1 a 3 anos	2.508.999	2.778.657
A vencer de 3 a 5 anos	1.522	10.364
Total não-circulante	2.510.521	2.789.021
Total	5.377.225	5.327.196

Refere-se exclusivamente a captações mediante emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais são remunerados de 98,5% a 160% da taxa CDI e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, entre 14,5% a.a. e 15% a.a.

b. Movimentação dos títulos emitidos

	Juros				
	31/12/2025	Captações	incorridos	Pagamentos	30/06/2026
Depósito a prazo	5.327.196	6.050.016	381.766	(6.381.754)	5.377.225
Total	5.327.196	6.050.016	381.766	(6.381.754)	5.377.225

	Juros				
	31/12/2024	Captações	incorridos	Pagamentos	31/12/2025
Depósito a prazo	4.576.609	9.031.980	772.256	(9.053.649)	5.327.196
Letras de câmbio	11.170	-	661	(11.831)	-
Total	4.587.779	9.031.980	772.917	(9.065.480)	5.327.196

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações por operações compromissadas

Recompras a liquidar – Carteira própria	30/06/2026	31/12/2025
Debêntures (i)	478.445	-
Total	478.445	-

- (i) No primeiro semestre de 2026, a Companhia realizou operação de venda da Debênture Sênior descrita na Nota 5.a, com compromisso de recompra, junto a instituição financeira não relacionada. A operação tem prazo de 24 meses e é remunerada à taxa de CDI + 0,92% ao ano, sendo o título objeto de recompra ao final do prazo pactuado.

A operação é classificada nas Atividades Operacionais na Demonstração de Fluxo de Caixa, em linha com a natureza da Companhia. Em 30 de junho de 2026, o saldo da operação totalizava R\$ 478.445, com despesa de juros de R\$ 13.352 reconhecida no período (Nota 17).

12. Outros passivos financeiros

Passivos financeiros ao custo amortizado

	30/06/2026		31/12/2025
	Valor de custo amortizado	Vencimento	Valor de custo amortizado
Cessão de recebíveis - securitização	605.255	Acima de 1 ano	-
Total	605.255		-

A Companhia realizou cessões de carteiras de recebíveis, com retenção substancial de riscos e benefícios, recebendo, em contrapartida, debêntures lastreadas aos recebíveis, conforme descrito na Nota 3d - Operação de Cessão de Direitos Creditórios (Securitização).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a pagar a sociedades ligadas "Tudo no Crédito" (i)	155.434	36.646
Valores a pagar a sociedades ligadas (ii)	45.745	78.604
Obrigações fiscais e previdenciárias (a)	35.782	22.335
Fornecedores	41.123	16.201
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11.718	11.718
Obrigações sociais e estatutárias	2.404	4.910
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.926	3.508
Provisão para contingências (Nota 14)	1.955	1.848
Provisão para despesas de pessoal	2.377	1.183
Outros	7.808	7.097
Total	308.272	184.050

(i) O produto “Tudo no Crédito” é um produto financiado, originado pela Companhia, que permite que o cliente faça um PIX utilizando seu cartão de crédito. Esse saldo transitório é resultante do descasamento temporário entre o volume do desembolso e a velocidade de recomposição da reserva de liquidez na Neon Pagamentos para a operacionalização do produto.

(ii) Operações com sociedade ligada, conforme Nota 24 – Transações com partes relacionadas.

a. Obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	23.163	12.625
PIS e COFINS a recolher	9.692	7.455
Outros impostos e contribuições a pagar	2.927	2.255
Total	35.782	22.335

14. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. Esses processos são acompanhados nas esferas administrativa e judicial e, quando aplicável, amparados por depósitos judiciais.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constitui provisão para as ações cíveis e trabalhistas classificadas como de perda provável, com base na avaliação da assessoria jurídica interna

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e externa e na respectiva carta de representação dos advogados. A movimentação dessas provisões no período está demonstrada a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.703	145	-	1.848
Constituição	1.220	9	-	1.229
Reversão	(1.122)	-	-	(1.122)
Saldo em 30 de junho de 2026	1.801	154	-	1.955

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.083	216	32	1.331
Constituição	976	257	-	1.233
Reversão	(356)	(328)	(32)	(716)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.703	145	-	1.848

Adicionalmente, a Companhia possui ações cíveis e trabalhistas classificadas como de perda possível, para as quais, em conformidade com o CPC 25, não é constituída provisão. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido nessas ações totalizava R\$ 48.487 (R\$ 28.446 em 31 de dezembro de 2025).

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2026 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 824.002 (R\$ 794.002 em 31 de dezembro de 2025) e está representado por 669.079.624 (647.020.800 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 13 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 30.000, com emissão de 22.058.824 novas ações ordinárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e nominativas, totalmente subscritas e integralizadas. Este aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de fevereiro de 2026.

b. Reserva de capital

A Companhia conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores, conforme detalhes nas notas 3.m e 26.

A Companhia reconheceu no primeiro semestre de 2026 o valor de R\$ 188 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2025) relativo à despesa do plano em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

c. Reserva de lucros

As Reservas de lucros no montante de R\$ 64.090 (R\$ 64.090 em 31 de dezembro de 2025) são compostas por:

- Juros sobre capital próprio (“JSCP”): Capital ajustado, corrigido pela TJLP, sendo retido 15% de Imposto de Renda na Fonte. No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve destinação de JSCP e o balanço acumula o montante de R\$ 264 (R\$ 264 em 31 de dezembro de 2025).
- Reserva legal: 5% do saldo positivo no grupo de lucros acumulados, decorrente da adoção inicial da Resolução 4.966/21 no montante de R\$ 3.191 (R\$ 3.191 em 31 de dezembro de 2025).
- Reserva estatutária: Se refere ao saldo remanescente, no montante de R\$ 60.635, após destinação das demais reservas e após absorção de prejuízos do segundo semestre de 2025 no montante de (R\$ 97.058), juntamente com baixa de ágio no valor de R\$ 4.558. Como consequência, o saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 foi zerado e integralmente consumido.

16. Rendas de operações de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de empréstimos	402.197	189.918
Encargos com refinanciamento	364.662	411.402
Parcelamento de fatura	319.315	303.722
Receita Pix-Crédito	310.052	120.513
Multa cartão de crédito	81.377	73.013
Rendas de empréstimos com sociedades ligadas	50.596	62.371
Outras rendas de operação de crédito	55.348	17.564
Total	1.583.547	1.178.503

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas de captação

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de depósito a prazo	(376.110)	(338.476)
Despesa com cessão	(51.439)	-
Despesas de operação compromissada	(13.352)	-
Despesas com distribuição de títulos	(6.281)	(6.864)
Outras	(3.986)	(3.489)
Total	(451.168)	(348.829)

18. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de serviço do sistema financeiro (i)	(204.692)	(128.942)
Despesas com sistemas e tecnologia	(57.136)	(18.302)
Serviços de consultoria administrativa e empresarial (ii)	(43.229)	(32.623)
Depreciação e amortização	(8.551)	(10.402)
Outras despesas	(19.071)	(14.778)
Total	(332.679)	(205.047)

- (i) Refere-se, substancialmente a *fees* repassados pela originação de produtos com a Neon Pagamentos, incluindo o produto Tudo no Crédito (Nota 24).
- (ii) Os valores a pagar referentes aos honorários de auditoria para todo exercício de 2026 são de R\$ 329 (R\$ 310 em 31 de dezembro de 2025). A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a Companhia.

19. Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(45.035)	(27.655)
PIS	(7.318)	(4.494)
ISS - imposto sobre serviços	(1.020)	(585)
Outros	(1.629)	(394)
Total	(55.002)	(33.128)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas com pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos e encargos sociais	(29.848)	(22.091)
Benefícios	(4.147)	(3.023)
Despesas com planos de ações	(2.515)	(4.286)
Total	(36.510)	(29.400)

21. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(64.588)	(15.591)
Alíquota nominal do IRPJ e da CSLL (%)	42,5%	40%
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	27.450	6.236
Adições/exclusões permanentes	496	(173)
Adições/exclusões temporárias	(56.215)	(58.063)
PDD	(61.878)	(55.797)
Outros	5.663	(2.266)
Pesquisa e Desenvolvimento – Lei do Bem	5.740	-
Imposto de renda e contribuição social do período	(22.529)	(52.000)
Tributos correntes no período	(22.529)	(52.000)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias do período	66.973	57.981
Total de imposto de renda e contribuição social, com impacto no resultado	44.444	5.982
Tributos correntes no período (constituídos anos anteriores)	-	(46)
Total de imposto de renda e contribuição social	44.444	5.936

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Saldo e movimento de créditos tributários

Os registros contábeis do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2026, demonstrados no quadro abaixo, são decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Esses saldos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de resultados futuros da Companhia.

	Saldo em 31/12/2025	Efeitos da adoção inicial Res. 352	Constituição em Resultado	Constituição em Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2026
Diferenças temporárias	168.736	-	66.973	-	235.709
Ativo fiscal diferido	168.736	-	66.973	-	235.709

	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da adoção inicial Res. 352	Constituição em Resultado	Constituição em Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Diferenças temporárias	126.021	(81.972)	124.721	(34)	168.736
Ativo fiscal diferido	126.021	(81.972)	124.721	(34)	168.736

	Saldo em 31/12/2025	Constituição em Resultado	Constituição em Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2026
Diferenças temporárias	63	-	(19)	44
Passivo fiscal diferido	63	-	(19)	44

	Saldo em 31/12/2024	Constituição em Resultado	Constituição em Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Diferenças temporárias	-	-	63	63
Passivo fiscal diferido	-	-	63	63

c. Realização do crédito tributário

A Companhia somente possui ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, decorrentes de ajustes fiscais controlados e com realização e manutenção do registro contábil dependendo da cessação do fator temporal, quando as provisões efetivas forem realizadas.

As estimativas são reavaliadas mensalmente, considerando a possibilidade de constituição de novos créditos fiscais onde houver novas provisões reconhecidas contabilmente, assim como a dedução do crédito fiscal anterior. A expectativa de realização destes créditos é como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Expectativa de realização:

Período	Crédito Tributário
2026	(201.210)
2027	(5.770)
2028	(6.388)
2029	(5.940)
2030	(5.940)
2031	(5.940)
2032	(4.521)
Total	(235.709)

A Companhia revisou e validou a expectativa de realização de seus ativos fiscais diferidos, cujo estudo reflete também uma alteração promovida pela Lei Complementar 224/25, que alterou a alíquota de CSLL aplicável às Sociedade de Crédito e Financiamento, de 15% para 17,5%, com vigência a partir de abril de 2026 e 20% a partir de janeiro de 2028.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2026 é de R\$ 213.339.

22. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve resultado não recorrente a ser apresentado nesta demonstração.

23. Gerenciamento de risco

a. Estrutura de gerenciamento de risco

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB nº 265/2022, determina a adoção e a implementação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, incluindo políticas e estratégias claramente documentadas. O gerenciamento de riscos deve ser integrado e independente, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os diversos riscos (Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental, Climático e demais riscos relevantes) do Grupo Neon.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As áreas de gerenciamento de riscos são responsáveis por identificar todos os riscos relevantes e os impactos potenciais para a estrutura corporativa, garantindo a implementação de soluções para mitigá-los de forma eficiente e ágil a fim de manter um ambiente controlado e adequado para que o plano estratégico seja atingido de acordo com as expectativas corporativas.

O Grupo Neon adota o modelo de 3 (três) linhas como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, preservando o princípio da independência no que tange às atividades das diferentes linhas de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes:

- **Primeira linha:** composta pelas áreas de negócios e suporte cujas atividades geram a exposição a riscos, é a principal responsável por gerenciar e supervisionar os riscos inerentes aos seus processos, além de garantir aderência regulatória.
- **Segunda linha:** composta pelas áreas de Riscos Integrados e de Compliance Regulatório, é responsável por auxiliar a 1ª linha no desenvolvimento e na adequação de processos e controles para gerenciamento de seus riscos, além de emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos.
- **Terceira linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por fornecer avaliações independentes sobre a adequação do sistema de controles internos para a Alta Administração e aos órgãos de governança e reportar o descumprimento de dispositivos legais e regulatórios.

Os assuntos pertinentes aos riscos relevantes são reportados aos executivos no Fórum de Gestão Integrada de Riscos, com recorrência mensal, buscando fortalecer uma cultura de conscientização e responsabilidade, contribuindo para eficiência operacional e conformidade aos limites de apetite a riscos definidos em alinhamento aos objetivos estratégicos do Grupo Neon.

b. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

O processo de gerenciamento dos riscos é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A identificação, mensuração, monitoramento e controle dos riscos operacionais são realizados de maneira centralizada e independente, alinhada ao apetite de risco definido pela Diretoria, e de forma segregada à atividade de auditoria interna.

O Grupo Neon mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição ao risco operacional.

A estrutura é composta por políticas e estratégias compatíveis com os objetivos da instituição e com as condições de mercado, que estabelecem limites operacionais e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos operacionais, em níveis considerados aceitáveis. Adicionalmente, a estrutura assegura a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os colaboradores.

O Grupo Neon emprega metodologia consistente e abrangente, baseada no framework COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), capaz de:

- Identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os eventos relacionados ao risco operacional;
- Produzir documentação referente às perdas associadas ao risco operacional;
- Classificar e agregar as perdas operacionais identificadas;
- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais tendo como objetivo a redução de eventos e perdas associados a este tipo de risco;
- Implementar, coordenar e melhorar continuamente as práticas de gerenciamento de riscos em seus diversos níveis;
- Fornecer análises e reporte quanto a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos.

c. Estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais e dos preços das ações, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das posições ativas e passivas da Instituição.

O Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB) define-se como sendo o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados do Grupo Neon, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Por estar enquadrada no Segmento S4, o Grupo Neon está sujeito à apuração do Δ NII (*Net Interest Income*) para o monitoramento do risco de juros, que consiste em apurar a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (cenário base do Banco Central ± 400 bps).

Análise de sensibilidade de variação na taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial do Grupo Neon.

Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

30/06/2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	16.031	-	16.031
Cotas de fundos de investimento	-	16.031	-	16.031
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	1.572.489	-	-	1.572.489
Letras Financeiras do Tesouro	981.621	-	-	981.621
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Garantia	590.868	-	-	590.868
Instrumentos financeiros derivativos	-	869	-	869
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	-	-	763.699	763.699
Debêntures	-	-	763.699	763.699
Operações de crédito	-	-	6.357.321	6.357.321
	1.572.489	16.900	7.121.020	8.710.409

31/12/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	174.075	-	174.075
Cotas de fundos de investimento	-	174.064	-	174.064
Cotas de Capital em Cooperativas	-	11	-	11
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	929.314	-	-	929.314
Letras Financeiras do Tesouro	375.844	-	-	375.844
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a Garantia	553.470	-	-	553.470
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Operações de crédito	-	-	5.621.885	5.621.885
Títulos e valores mobiliários	680.850	-	-	680.850
Letras Financeiras do Tesouro	650.000	-	-	650.000
Notas do Tesouro Nacional	30.850	-	-	30.850
	1.610.164	174.075	5.621.885	7.406.124

A mensuração dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado das cotas de fundos de investimento é calculada com base no valor da cota atualizada divulgada pelo administrador do fundo. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultados abrangentes e para os ativos financeiros ao custo amortizado, os juros são baseados na taxa Selic e reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

	30/06/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos a prazo	-	5.377.225	-	5.377.225
Obrigações por operações compromissadas	-	478.445	-	478.445
Cessão de recebíveis - securitização	-	-	605.255	605.255
	-	5.855.670	605.255	6.460.925
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos a prazo	-	5.327.196	-	5.327.196
	-	5.327.196	-	5.327.196

A mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado, referentes a depósitos a prazo, tem como base o valor de captação, acrescido do rendimento proporcional ao tempo decorrido, utilizando a taxa de juros efetiva do contrato.

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do período. No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve transferências de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

d. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de o Grupo Neon não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Dentro da definição cabe também a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Grupo Neon é composta por políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis. O processo de gestão de risco de liquidez é realizado de maneira contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas, sendo composto principalmente por:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Análise de usos e fontes de recursos de curto prazo e necessidades de compatibilização de caixa;
- Projeções de fluxo de caixa em cenários de normalidade e em situações adversas (cenários de estresse);
- Monitoramento, controle e reporte dos níveis de risco de liquidez em comparação com os limites de risco estabelecidos;
- Plano de Contingência de Liquidez.

Vencimentos de passivos financeiros

A tabela abaixo analisa os instrumentos financeiros da Companhia em grupos de vencimentos relevantes com base nos seus vencimentos contratuais. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Acima de 2 anos</u>
Em 30 de junho de 2026			
Passivos financeiros			
Depósitos a prazo	3.051.337	1.637.043	1.736.450
Outros passivos financeiros	218.252	197.218	678.190
Obrigações por operações compromissadas		599.991	
	<u>3.269.589</u>	<u>2.434.252</u>	<u>2.414.640</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Acima de 2 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2025			
Passivos financeiros			
Depósitos a prazo	2.736.427	1.572.701	2.161.050
	<u>2.736.427</u>	<u>1.572.701</u>	<u>2.161.050</u>

e. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplemento do cliente final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Grupo Neon é o conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito, bem como o risco de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

concentração levando em consideração, por exemplo, os segmentos de produtos e serviços em que a instituição atua.

Os procedimentos, metodologias e ferramentas são documentadas, revisadas e aprovadas pela Alta Administração e os resultados das análises de gestão e controle do Risco de Crédito são reportados mensalmente nos fóruns executivos do Grupo Neon.

f. Risco social, ambiental e climático

Atendendo às normas aplicáveis, o Grupo Neon edita a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), disponível no site da Companhia, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações e relações com seus parceiros internos e externos. Além disso, fica disponível também o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

g. Gerenciamento de capital

Com base nas normas aplicáveis, a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de *funding* da Companhia, observando o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, equilibrando ativo com o passivo, prazos e taxas. Todas as políticas elaboradas são compatíveis com o porte e negócios da Companhia.

24. Transações com partes relacionadas

Conforme definição da Resolução BCB nº 2/20, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração.

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes àqueles que prevalecem nas transações em condições normais de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Ativos	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa - Neon Pagamentos (i)	223.185	252.843
Operações de crédito - Neon Pagamentos (ii)	576.068	868.303
Operações de crédito Pix-Crédito - Neon Pagamentos	5.534	19.810
Operações de Custos de Transações - Corban - Neon Pagamentos	11.885	18.356
Repasse Financeiro Operação de Cartões - Neon Pagamentos	12.186	18.243
Repasse Financeiro Comissões se Seguros - Neon Consiga Mais	126	1.195
Repasse de saldo de provisões sobre Colaboradores - Grupo Neon	3.495	2.898
Valores a receber de sociedades ligadas	832.479	1.181.648
Passivos	30/06/2026	31/12/2025
Outros passivos - Neon Pagamentos (iii)	193.928	73.461
Outros passivos - Neon Tecnologia	6.498	5.113
Outros passivos - Neon Consiga+	144	30
Valores a pagar a sociedades ligadas	200.570	78.604
Receitas	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de operações de crédito - Neon Pagamentos (ii)	50.596	62.371
Total	50.596	62.371
Despesas	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de comissões - Neon Pagamentos	(188.838)	(112.721)
Despesas de Serviço de TI - Neon Tecnologia	(32.959)	(31.281)
Despesas de Cost Sharing – Neon Pagamentos	(109.486)	(54.986)
Despesas de Cost Sharing – Neon Consiga+	(1.383)	(1.524)
Total	(332.666)	(200.512)

- (i) Saldo em conta de pagamento da Neon Pagamentos.
- (ii) Composto pela operação de capital de giro a receber da Neon Pagamentos, realizada em condições normais de mercado, a uma taxa média de 1,99% a.m.
- (iii) Valores transacionados com a Neon Pagamentos, referente recuperação de IOF sobre empréstimos concedidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Pessoal-chave da Administração**

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo Neon, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. A informação da remuneração do pessoal chave da administração está divulgada nas demonstrações financeiras da Neon Pagamentos e nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

25. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações da Neon Payments (descritos na Nota 3.m) foram projetados para fornecer incentivos de longo prazo para os colaboradores chave (incluindo diretores executivos) a fim de fornecer retornos pela continuidade dos serviços prestados a longo prazo. A participação nos planos e a outorga dos benefícios são deliberados pelo Conselho de Administração da Neon Payments ou pelo Comitê de Pessoas da Neon Pagamentos.

As opções outorgadas são contabilizadas de acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, utilizando os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* (para outorgas até fevereiro de 2022) e o modelo Binomial (a partir de março de 2022), para fornecer uma estimativa do valor justo dos serviços prestados pelos funcionários participantes.

Plano de opções de compra de ações (“SOP”)

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments, inicialmente em 30 de novembro de 2020, com posterior modificação em 25 de julho de 2023, e concede ao beneficiário a possibilidade de adquirir opções de compra de ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos.

No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas do número de opções que devem ser adquiridas com base em condições que não de mercado e reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras da Neon Payments, o custo atribuível às opções de compra de ações outorgadas por serviços a controladas é tratado como um aporte de capital na medida em que os serviços recebidos são prestados na controlada. Dessa forma, os valores são registrados em contrapartida de investimentos em controladas e reservas. Ainda, os recursos recebidos do exercício das opções líquidos de quaisquer custos de transação atribuíveis são creditados ao capital social (valor nominal) e prêmio de emissão, momento em que as ações são emitidas.

Como regra geral, as opções outorgadas até fevereiro de 2022 têm o direito totalmente adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das opções após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Neste plano, as opções são adquiridas, após incorrido o *vesting period*, pelo beneficiário diretamente da Neon Payments, pelo valor determinado na outorga. No exercício, o beneficiário deverá comprar as ações pelo preço de exercício, que corresponde ao *fair value* na data da outorga.

No ano de 2022, a Neon também outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 6 anos, sendo 9%, 26%, 48%, 79%, 90% e 100% das opções *vestidas* ao longo dos seis aniversários do plano, e exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos).

No ano de 2023, a Neon outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos).

A partir de 2024, a Neon continuou a outorgar as opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos. Adicionalmente, os lotes outorgados em anos anteriores e ainda não vestidos foram atualizados para esta condição de vestings trimestrais.

O Grow Your Stake ("GYS") é um programa de participação acionária, estruturado em 2026 pela controladora Neon Payments Limited, por meio do qual determinados executivos da Companhia receberam a oportunidade de adquirir opções de compra de ações ordinárias da Payments mediante o pagamento de um prêmio de aquisição fixado na data de outorga. As opções encontravam-se integralmente vestidas na data de emissão, sendo seu exercício condicionado à ocorrência de evento de liquidez nos termos do plano principal de stock options do Grupo. O valor justo dos instrumentos foi apurado mediante modelo de precificação de opções, tendo o montante de R\$ 29 sido registrado em reserva de capital no patrimônio líquido da Companhia.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as opções de ações foram movimentadas conforme a seguir:

	Quantidade de Opções	Reserva de capital (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.065	329
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	154
Apropriação de novas outorgas	2.966	34
Transferências entre empresas do Grupo	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	12.031	517

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de Opções	Reserva de capital (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	80	2
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	95
Apropriação de novas outorgas	660	4
Transferências entre empresas do Grupo (i)	8.325	228
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.065	329

- (i) Corresponde à constituição de reserva reflexa decorrente de outorgas realizadas por empresas controladas pela Neon Pagamentos, como contrapartida de aumento no investimento da própria controlada.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano SOP, está abaixo representado:

Data de concessão	Preço de exercício (US\$)	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
Outubro/2024	608,90	3.152,03	100
Outubro/2024	408,13	2.112,73	200
Setembro/24 - Junho/26	204,06	1.056,34	11.731
			12.031

- (i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766, para fins de apresentação somente.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o valor justo das opções outorgadas foi estimado com base no modelo Binominal. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo das opções outorgadas foram:

	30/06/2026	31/12/2025
Preço médio ponderado das ações na data da outorga (i)	US\$ 220.76 (R\$ 1.142,79)	US\$ 222.77 (R\$ 1.225,77)
Valor justo médio ponderado das opções na data da concessão (i)	US\$ 210.82 (R\$ 1.091,32)	US\$ 213.03 (R\$ 1.172,17)
Volatilidade esperada	80%	80%
Vida esperada	10 anos	10 anos
Taxa livre de risco	4,27%	4,27%

- (i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766 (31 de dezembro de 2025 de R\$ 5,5024), para fins de apresentação somente.

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Administradores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercícios e considerações comportamentais. O cenário estimado para rotatividade foi de 37%. O valor reconhecido na despesa do período em contrapartida ao patrimônio líquido foi de R\$ 188.

Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments em 30 de novembro de 2020 e concede ao beneficiário a possibilidade de participar na valorização das ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de vesting e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo é mensurado pela diferença entre o preço atual da ação da Neon Payments e o preço de exercício estipulado, sendo provisionado na Neon Pagamentos o percentual decorrido da carência, de acordo com o período de cada vesting, em conta de resultado e em contrapartida ao passivo. O cálculo considera 100% das ações vestidas e o pro-rata mensal das ações a serem vestidas, deduzidas de um cenário de rotatividade estimado anualmente.

Como regra geral, para as *Phantom Shares* outorgadas até dezembro de 2022, o direito passa a ser adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das ações após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Para outorgas realizadas a partir de 2023, o direito passa a ser adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos).

Em 30 de junho de 2026, o plano de *Phantom Shares* totaliza 970 opções outorgadas ativas, com *strike* variando entre R\$ 1.193,75 e R\$ 3.562,07 e cenário estimado para rotatividade de 37%, com saldo passivo atualizado de R\$ 325. Segue a movimentação do plano ocorrida no ano:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações	Passivo de <i>Phantom</i> Shares (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	970	294
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	31
Cancelamento (perda de direitos) (i)	-	-
Transferências entre empresas do Grupo	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	970	325

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a provisão líquida total de *Phantom Shares* foi de R\$ 44, sendo R\$ 31 de provisão de principal e R\$ 13 de encargos.

Em 30 de junho de 2026, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano de *Phantom Shares*, está abaixo representado:

Data de concessão	Preço de exercício (R\$)	Quantidade de Opções
Mar/25	1.193,75	808
Mar/25	2.082,83	26
Mar/25	2.387,56	79
Mar/25	3.562,07	57
		970

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Limite operacional (Acordo da Basileia)

De acordo com a Resolução BCB nº 197/22, que estabelece a classificação de conglomerados prudenciais integrados por ao menos uma instituição de pagamento, a Neon Financeira, liderada pela Neon Pagamentos S.A., é classificada como Conglomerado Prudencial Tipo 3. A Companhia faz parte deste Conglomerado e, portanto, é avaliada dentro do arranjo.

Os dados que refletem as exigências de capital aplicáveis ao conglomerado, são apresentados a seguir:

	30/06/2026
Risco de crédito – RWAcpad	5.564.629
Risco de mercado – RWAmpad	29.086
Risco operacional – RWAopad	579.445
Risco associado a serviços de pagamento – RWAsp	387.785
Total RWA	6.560.945
Patrimônio de referência (PR)	826.599
Índice de Basileia (PR/Total RWA) (i)	12,60%

- (i) Conforme Resolução BCB nº 200/22, o mínimo requerido (Fator F + ACP) em junho de 2026 equivale a 10,5%.

27. Eventos subsequentes

Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes na Companhia.

* * *

Jamil Saud Marques
Diretor

Cristiano Fernandes
Diretor

Michel Donizeti Tavares
Contador – CRC 1SP299720/O-4

